



1
2 **Balço do FNDC (Gestão 2023 - 2025)**
3 **Conquistas, desafios e caminhos para a democratização da comunicação**
4
5

6 O cenário com que nos deparamos, com a ofensiva estadunidense impulsionada pelo
7 descontentamento das big techs sobre a possibilidade de o país implementar medidas que
8 regulem sua atividade traz uma grande complexidade; por um lado o Brasil se
9 fortalece e se afirma como uma grande referência internacional, assumindo a coordenação
10 dos BRICS e do MERCOSUL, ao mesmo tempo sofre um forte ataque tarifário imposto
11 pelos EUA, com objetivos políticos explícitos, relacionados a disputas da extrema direita
12 brasileira, que tentou dar um golpe de Estado e destruir a nossa democracia. O judiciário
13 também é alvo deste ataque, e o Congresso continua a tocar sua pauta regressiva,
14 chantageando o Governo a todo momento.

15
16 No que diz respeito às políticas públicas que visam a garantir o direito à comunicação, o
17 Governo continua deixando a desejar. O diálogo com a sociedade ainda é precário, mesmo
18 tendo reativado a participação social na EBC e mais recentemente, instaurado o Comitê
19 Interministerial para a Transformação Digital – CITDIGITAL. As pautas apresentadas desde
20 o governo de transição pouco andaram. No Congresso, o PL 2630, para regulação das
21 plataformas digitais foi colocado na gaveta, e o PL 2338, para regular a IA, que tem
22 motivado audiências públicas enfrenta imensa mobilização das big techs para garantir os
23 seus interesses, com os seus representantes dentro do parlamento fazendo de tudo para
24 que a regulação não aconteça. A sociedade civil por sua vez se mobiliza e procura diálogo
25 com o Governo para interferir no processo.

26 Nas redes sociais e no parlamento, observamos o aumento do discurso de ódio, das
27 células fascistas, das informações falsas, dos ataques às mulheres, comunidades
28 periféricas, povos originários, comunidades quilombolas, LGBTQIAPM+ entre outros,
29 confirmando a necessidade de termos as regulações das plataformas e da inteligência
30 artificial.

31
32 Nos últimos dois anos, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)
33 demonstrou vitalidade política e capacidade de articulação em múltiplas frentes, embora enfrentando
34 desafios estruturais que exigem atenção imediata. Este balanço teve como base o Plano de Ação
35 aprovado em sua 24ª Plenária Nacional, e as ações desenvolvidas pela gestão, revelando um
36 movimento complexo de avanços e contradições.

37
38 Neste período, realizamos a nossa 25ª Plenária Nacional, que aconteceu em São Paulo de 28
39 a 30 de junho de 2024, quando atualizamos o nosso plano de lutas e saímos com o
40 documento “Eleições 2024: a comunicação que queremos para os municípios”, com as
41 nossas propostas para os candidatos e as candidatas. Na frente pela regulação das plataformas
42 de redes sociais, estamos juntos com centenas de outras entidades e a Coalizão por Direito a Rede
43 (CDR) tocando a campanha “Internet Legal”.

44
45 Estivemos presente em todas as plenárias promovidas pela Abraço Brasil, desde 2023,
46 dialogando sobre os problemas enfrentados pelas rádios comunitárias, fortalecendo as
47 articulações junto ao poder Executivo e ao parlamento brasileiro, na perspectiva de
48 avançarmos nos marcos legais e regulatórios da radiodifusão.

49
50 Estivemos engajados nas campanhas pela regulação das plataformas, pressionando pela
51 aprovação do PL 2630, e pela regulação da inteligência artificial, pela aprovação do PL
52 2338, na sua passagem pelo Senado, onde já foi aprovado. Atualmente, o embate está na



53 Câmara dos Deputados.

54

55 Estivemos na defesa da Comunicação Pública, integrando a Frente em Defesa da EBC,
56 incidindo junto a SECOM e a direção da EBC, pautando a todo momento a urgência na
57 retomada da participação social para construção de uma política de comunicação inclusiva.

58

59 Nos espaços de representação, estivemos no GTT Sales Pimenta, no Conselho de
60 Participação Social e no Conselho Nacional de Direitos Humanos, contribuindo com a
61 construção de marcos legais, levando as nossas pautas para o Governo e coordenando ações
62 diversas na defesa do Direito à Comunicação e a Liberdade de Expressão.

63

64 Para evidenciar esta intervenção relacionamos abaixo com detalhes essa atuação, que mostra
65 o esforço da atual direção para colocar em prática o Plano de Lutas aprovado e referendado
66 em nossa Plenária.

67

68 **1. Incidência política e atuação institucional**

69

70 No campo da incidência política, o FNDC ampliou significativamente sua influência em espaços
71 estratégicos, estando presente no CNDH, no GTT Sales Pimenta, no Conselho de Participação
72 Social, e nos Conselhos Editorial e de participação social da EBC. Também foram inúmeras as
73 agendas com o poder executivo e legislativo.

74

75 **1.1. No Conselho Nacional de Direitos Humanos**

76

77 No CNDH estamos na coordenação da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à
78 Liberdade de Expressão. No âmbito desta Comissão a atuação do FNDC revelou-se profundamente
79 estratégica e multifacetada. Ao longo dos últimos anos a comissão realizou treze reuniões ordinárias
80 (cinco em 2023, cinco em 2024 e três em 2025) que trataram de questões críticas para a democracia
81 brasileira, estabelecendo um novo padrão de ativismo institucional.

82

83 Um dos eixos centrais de atuação foi o enfrentamento às violações concretas da liberdade de
84 expressão. A comissão recebeu e processou numerosas denúncias, incluindo o emblemático caso da
85 deputada Marina do MST, vítima de violência política de gênero em Nova Friburgo/RJ, e a situação
86 da jornalista capixaba alvo de campanha de ódio instigada por autoridade pública nas redes sociais.
87 Esses casos não apenas geraram recomendações específicas, mas também pavimentaram o caminho
88 para a criação de protocolos de proteção a comunicadores em parceria com a PFDC/MPF.

89

90 A dimensão internacional da atuação merece destaque particular. A comissão estabeleceu diálogo
91 direto com o caso Julian Assange, incluindo reuniões com John Shipton e articulações com o
92 Ministério das Relações Exteriores para ação diplomática junto ao Reino Unido. Paralelamente,
93 posicionou-se firmemente sobre a cobertura midiática do conflito em Gaza, emitindo recomendações
94 contra a desumanização das vítimas e posteriormente condenando o fechamento da Al-Jazeera na
95 Cisjordânia através de nota pública.

96

97 Mais recentemente emitimos uma Nota Técnica sobre o PL 472/2025, que estipula a nível
98 nacional a definição sobre antissemitismo e uma recomendação ao Presidente Lula
99 sugerindo o rompimento de relações com o Governo Israelense.

100

101 A inovação institucional marcou o período com a criação, em outubro de 2024, da Relatoria de
102 Inteligência Artificial e Direitos Humanos, através da Resolução CNDH nº 32. Esta iniciativa
103 pioneira respondia a um cenário crescente de violações digitais, reunindo conselheiros, acadêmicos
104 e representantes do IPPDH-MERCOSUL. Os frutos desta relatoria, coordenada pelo FNDC, foram
105 notáveis: desde a Nota Conceitual para o G20 até a Recomendação nº 16/2024 ao Senado Federal



106 sobre o PL 2.338/2023, estabelecendo parâmetros éticos para a regulamentação da IA. Atualmente
107 foi atualizada a Nota Técnica entregue no G20, para encaminhar aos BRICS e estamos atuando
108 junto a outras instituições para incidir sobre o projeto dentro do Congresso Nacional e estamos
109 buscando o diálogo junto às autoridades que tratam do tema no MERCOSUL.

110
111 O trabalho de incidência legislativa mostrou-se intenso, com participação em audiências públicas e
112 produção de documentos técnicos sobre o PL 2630/2020 (liberdade na internet) e o PL 2370
113 (remuneração de conteúdo).

114
115 As atividades formativas e de articulação incluíram seminários como "Inteligência Artificial e
116 Direitos Humanos" e participação no G20 Social, além da criação do Observatório do Lawfare
117 através da Recomendação nº 11/2024. Essas iniciativas demonstraram a capacidade do FNDC de
118 transitar entre o acompanhamento de casos concretos e a elaboração de quadros conceituais para
119 desafios emergentes.

120
121 A comissão também inovou nos mecanismos de proteção, apoiando a campanha "Tire Meu Rosto
122 da Sua Mira" contra o reconhecimento facial abusivo e articulando visitas emergenciais a
123 comunidades vulneráveis, como o terreiro de Mãe Zana em Carapicuíba/SP. Essas ações revelaram
124 uma abordagem interseccional, conectando liberdade de expressão com direitos raciais e religiosos.

125
126 Os desafios permanecem significativos – desde a implementação efetiva das recomendações até a
127 ampliação do diálogo com setores midiáticos tradicionais. Contudo, o balanço demonstra que a
128 Comissão, sob coordenação do FNDC, estabeleceu-se como espaço único de articulação entre
129 sociedade civil, Estado e organismos internacionais na defesa intransigente do direito à
130 comunicação. O próximo biênio (2025-2026) deverá consolidar essas conquistas enquanto enfrenta
131 novos desafios, como a regulamentação da IA e a proteção de comunicadores em um cenário eleitoral
132 complexo.

133 134 **1.2. Grupo de Trabalho Técnico Salles Pimenta (GTT-SP): A construção do Plano Nacional de** 135 **Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.**

136
137 O Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta (GTT Sales Pimenta) foi criado por decreto
138 presidencial, em junho de 2023, como resposta a duas decisões, uma da Corte Interamericana de
139 Direitos Humanos, que condenou, em 2022, o Brasil pelo assassinato de Gabriel Sales Pimenta, um
140 defensor dos direitos humanos, e outra do Ministério Público Federal (MPF), que ajuizou uma ação
141 civil pública, em janeiro de 2017, requisitando que a União elaborasse um Plano Nacional de
142 Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.

143
144 O GTT foi instalado em novembro de 2023 com previsão de funcionamento por seis meses e teve
145 seus trabalhos prorrogados, também por decreto presidencial, em julho de 2024, por igual período.
146 Portanto, esteve em atividade de novembro de 2023 a janeiro de 2025.

147
148 Constituído por representantes do Governo Federal e da sociedade civil, teve como objetivo a
149 elaboração de propostas para o Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos
150 Humanos e de um anteprojeto de lei sobre a Política Nacional de Proteção às Defensoras e aos
151 Defensores dos Direitos Humanos, aos Comunicadores e aos Ambientalistas.

152 153 **Composição**

154
155 O GTT foi constituído por nove representantes de entidades não-governamentais, eleitos em eleições
156 organizadas pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH). O Fórum Nacional pela
157 Democratização da Comunicação (FNDC) foi uma das entidades não-governamentais eleitas, sendo
158 representado pela secretária-geral Maria José Braga.

159 Também como membros eleitos da sociedade civil, compuseram o GTT representantes das seguintes



160 entidades: Associação Nacional de Mulheres Camponesas – ANMC; Movimento Nacional de
161 Direitos Humanos - MNDH Brasil; Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores
162 e Agricultoras Familiares – CONTAG; Coordenação das Associações das Comunidades
163 remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU); Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais,
164 Gays, Travestis, Transexuais e Intersexos – ABGLT; Terra de Direitos; Movimento dos
165 Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e Associação Artigo 19.

166
167 Pelo Poder Público, participaram representantes do Ministério da Igualdade Racial; da Advocacia-
168 Geral da União; Ministério das Mulheres; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura
169 Familiar; Secretaria-Geral da Presidência da República; Ministério da Justiça e Segurança Pública;
170 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ministério dos Povos Indígenas; e Ministério
171 dos Direitos Humanos e da Cidadania.

172
173 O MDHC presidiu o GTT.

174 175 **Metodologia de trabalho**

176
177 O GTT Sales Pimenta definiu como metodologia de trabalho a realização de reuniões ordinárias
178 mensais e presenciais; a realização de trabalhos em subgrupos, com reuniões virtuais; a realização
179 de escutas à sociedade, por meio de atividades autogestionadas, presenciais e virtuais; a realização
180 de audiências públicas convocadas pelo próprio GTT e a realização de uma consulta pública sobre
181 as propostas elaboradas.

182
183 Reunindo o pleno do GTT foram realizadas uma reunião preparatória, 12 reuniões ordinárias, e uma
184 reunião extraordinária.

185 186 **Participação social**

187
188 Também foram realizadas quatro audiências públicas convocadas pelo GTT e com temas
189 previamente divulgados, além de 54 escutas à sociedade por meio de atividades autogestionadas,
190 que possibilitaram a participação popular no Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores
191 de Direitos Humanos.

192
193 A última audiência pública serviu para a apresentação e discussão da primeira versão da proposta do
194 GTT para o Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Foi
195 realizada na sede do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), em Brasília, em 26
196 de novembro de 2024.

197 198 **Consulta pública**

199
200 Após a audiência pública, a proposta do Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de
201 Direitos Humanos elaborada pelo GTT também foi submetida à consulta pública, por meio da
202 Plataforma Participe Mais Brasil.

203
204 Posteriormente a coleta de todas as contribuições, o GTT finalizou sua proposta do Plano Nacional
205 de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos e também do anteprojeto de lei da
206 Política Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, que foram entregues
207 ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos, em
208 12 de dezembro de 2024.

209
210 O GTT Sales Pimenta voltou a se reunir nos dias 28 e 29 de janeiro de 2025, para avaliar as
211 contribuições finais aos dois documentos apresentados pelos órgãos de governo que compunham o
212 coletivo.

213



214 As atas das reuniões e a proposta do GTT do Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores
215 de Direitos Humanos e do anteprojeto de lei da Política Nacional de Proteção a Defensoras e
216 Defensores de Direitos Humanos, bem como os demais documentos produzidos pelo GTT estão
217 disponíveis na Plataforma Participa Mais Brasil, menu “Colegiados”, submenu “GTT Sales
218 Pimenta”.

219

220 **1.3. O Conselho de Participação Social no Brasil: Trajetória, Composição Atual e Desafios**

221

222 O Conselho de Participação Social da Presidência da República (CPS), foi criado pelo Decreto no 11.406,
223 de 31 de janeiro de 2023, com o objetivo de promover a participação da sociedade civil na construção de
224 políticas públicas e garantir maior transparência na gestão governamental. Reúne representantes de 68
225 entidades dos movimentos populares, da sociedade civil, fóruns e espaços de articulação política e social
226 de todo o país. O FNDC foi indicado para fazer parte do Conselho e as reuniões acontecem a cada trimestre.

227 Na 3ª reunião do CPS realizada em dezembro de 2023, o FNDC apresentou para o plenário uma proposta
228 para o presidente da República vetar o Projeto de Lei nº 7, de 2023, que alterou o Decreto-Lei 236 de 1967.
229 O objetivo do projeto de lei foi o de afrouxar os poucos limites à concentração da propriedade existentes
230 na legislação brasileira. Em resumo, o PL 7/23 amplia o limite de concessões de rádio de seis para 20
231 emissoras, podendo ser nas modalidades FM, onda média, onda curta ou ondas tropicais e também
232 aumentou de dez para 20 o número de concessões de TV para uma mesma empresa ou grupo econômico.

233 Infelizmente, o presidente Lula não acatou o conselho do CPS e sancionou o projeto que virou a lei nº
234 14.812/2024, mesmo o FNDC fazendo campanha pelo veto junto a sociedade brasileira.

235 A lei nº 14.812/24 vai na contramão do comando da Constituição Federal em seu Art. 220, que estabelece
236 que “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou
237 oligopólio”. Historicamente marcado por um sistema de mídia concentrado e verticalizado, o Brasil deve
238 caminhar para coibir a concentração nas comunicações e não a favorecer.

239 Na 8ª Reunião do Conselho de Participação Social realizada em maio de 2025, o FNDC foi convidado para
240 participar do painel de análise de conjuntura com o tema: Comunicação como estratégia de Participação
241 Social no Governo Federal. Foram apresentados os números da radiodifusão brasileira com quantidade de
242 outorgas das comunitárias, públicas, comerciais e RTRs - Retransmissoras de Rádios na região da
243 Amazônia Legal.

244 No final foram apresentadas as seguintes propostas e reflexões para o CPS e governo:

- 245 ➤ Valorização da Empresa Brasil de Comunicação com realização de concurso público urgente,
246 destinação de 1 canal de TV Brasil e 1 rádio nacional nas capitais e nas grandes cidades;
- 247 ➤ Parcerias de conteúdos com as rádios comunitárias pela sua capilaridade (mais de 5 mil emissoras
248 em mais de 4.100 municípios);
- 249 ➤ 10% da verba pública de mídia para financiar a EBC e a mídia alternativa e comunitária;
- 250 ➤ Estimular a formação, capacitação e treinamento de comunicadores populares e radialistas, para
251 impulsionar o desenvolvimento das rádios comunitárias, da comunicação alternativa, da
252 comunicação comunitária e popular;
- 253 ➤ Formação de Rede Popular de Comunicação envolvendo os blogs progressistas, comunicadores
254 populares, rádios comunitárias, rádios webs, jornais comunitários, jornais sindicais, sites
255 progressistas;
- 256 ➤ Regulação da Mídia, conforme previsão na Constituição Federal (Art. 220, 221, 223 e 54):



- 257 ○ O artigo 220, define que não pode haver monopólio ou oligopólio na comunicação social
258 eletrônica. Hoje, no entanto, uma única emissora controla cerca de 70% do mercado de
259 TV aberta;
- 260 ○ O artigo 221, define que as produções regionais e independentes devem ser regionalizadas
261 atendendo critérios cultural, artístico e jornalístico. No entanto, mais de 90% de toda
262 produção de TV no país é feita no eixo Rio-São Paulo pelas próprias emissoras de
263 radiodifusão, e não por produtoras independentes;
- 264 ○ O artigo 223, define que o sistema de comunicação no país deve respeitar a
265 complementaridade entre os setores de comunicação pública, privada e estatal,
- 266 ○ O artigo 54, determina que deputados e senadores não podem ser donos de concessionárias
267 de serviço público. Na prática várias famílias de políticos detêm outorgas de rádios e TVs;
- 268 ➤ Convocação da 2ª Confecom – Conferência Nacional de Comunicação;
- 269 ➤ SECOM publicar novas portarias contemplando o Ministério da Educação, Saúde, MDS,
270 Mulheres, Direitos Humanos para parcerias com as rádios comunitárias;
- 271 ➤ Alteração do Decreto 2.615/98 que regulamentou a lei federal 9.612/98 e limita a potência da rádio
272 comunitária a um raio de 1 km, apesar da lei falar somente em potência de 25 watts e torre de 30
273 metros de altura;
- 274 ➤ Verba de mídia da Petrobras, Petrobras Cultural, Banco do Brasil, CEF, BNDES e outras estatais
275 para as rádios comunitárias;
- 276 ➤ Criação de um Fundo de Apoio e Desenvolvimento para as Rádios e TVs Comunitárias, mídia
277 alternativa e popular;
- 278 ➤ Criação do Fundo de Fomento Cultural para Mídias Comunitárias, com no mínimo 1% dos
279 recursos que virão das Empresas Estatais e Órgãos Públicos;
- 280 ➤ Plano Safra para Florescer Programas nas Rádios e TVs Comunitárias, capaz de gerar milhares de
281 empregos na comunicação comunitária, popular e alternativa;
- 282 ➤ Criação do “Programa BNDES fortalece a mídia comunitária”, que irá fortalecer as TVs e rádios
283 comunitárias e outras mídias nos 5.572 municípios com capacitação e formação de adolescentes,
284 jovens e adultos na área da comunicação comunitária, social, popular e digital.

285 No final foi apresentado um desafio com relação a radiodifusão com o seguinte questionamento: Porque o
286 Presidente Lula não pauta a mídia brasileira e as redes sociais, através de um programa de rádio veiculado
287 no início da semana nas 11 mil emissoras de rádios existentes no Brasil?

288

289 **1.4. Fórum sobre Liberdade de Imprensa e Assédio Judicial contra Jornalistas: Uma Coalizão** 290 **pela Defesa da Democracia Midiática**

291

292 No contexto brasileiro atual, o assédio judicial tem se consolidado como uma das principais formas
293 de censura contra jornalistas e meios de comunicação independentes. Esse fenômeno consiste no uso
294 abusivo e sistemático de ações judiciais para intimidar, desgastar financeiramente e silenciar
295 profissionais de imprensa, impactando diretamente o direito da sociedade à informação.

296

297 Com o objetivo de enfrentar esse desafio, foi criado o Fórum sobre Liberdade de Imprensa e Assédio
298 Judicial contra Jornalistas, coordenado pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
299 (PFDC/MPF). O Fórum reúne mais de 20 organizações da sociedade civil, associações profissionais
300 e instituições acadêmicas que atuam de forma articulada para monitorar casos, oferecer suporte
301 jurídico e incidir em políticas públicas e decisões judiciais que protejam a liberdade de imprensa.

302

303 Entre as entidades que compõem o Fórum estão: Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
304 (Abraji), Artigo 19, Repórteres Sem Fronteiras (RSF), Fórum Nacional pela Democratização da
305 Comunicação (FNDNC), Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, Federação Nacional



306 dos Jornalistas (Fenaj), Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) e Associação Brasileira de
307 Juristas pela Democracia (ABJD).

308

309 A atuação do Fórum se estrutura em três eixos centrais:

- 310 > Monitoramento e acompanhamento de casos emblemáticos de assédio judicial;
- 311 > Produção de conhecimento jurídico sobre o fenômeno do assédio judicial, incluindo estudos,
312 relatórios e análises para subsidiar políticas públicas e fortalecer a defesa de jornalistas;
- 313 > Incidência política e litigância estratégica junto aos poderes Legislativo e Judiciário,
314 buscando não apenas mudanças estruturais para coibir processos abusivos, mas também
315 precedentes judiciais favoráveis à liberdade de imprensa.

316

317 Essa abordagem multidimensional pretende endereçar os desafios significativos. Os desafios atuais
318 vão além do assédio judicial e incluem o crescimento exponencial dos ataques digitais contra
319 jornalistas, muitas vezes articulados por redes coordenadas de desinformação e ódio.

320

321 O Fórum é um espaço dinâmico, que se adapta à evolução do cenário de ameaças e amplia sua
322 atuação incorporando novas organizações, como a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias
323 (Abraço). Ao reunir organizações com diferentes perfis e enfoques em uma estratégia comum, o
324 Fórum reafirma a compreensão de que a defesa da imprensa livre é condição indispensável para a
325 democracia. E o FNDC esteve presente na construção deste importante espaço.

326

327 **1.5. Frente em Defesa da EBC**

328

329 A Frente em Defesa da EBC surge como articulação da sociedade civil e movimentos sociais, em
330 resposta aos ataques e tentativas de desmonte da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), iniciados
331 no governo de Michel Temer e intensificados no governo de Jair Bolsonaro, a partir de 2016,
332 marcando posição como guardião da comunicação pública no país.

333

334 O contexto de criação da EBC, durante o governo Lula, representou um marco na construção de um
335 sistema público de comunicação, com veículos como TV Brasil, Rádios EBC e Agência Brasil.
336 Porém, o golpe mais duro veio entre 2016 e 2022, quando a empresa sofreu um sistemático processo
337 de estrangulamento: cortes orçamentários drásticos, perseguição política e a cassação do Conselho
338 Curador em 2016 – órgão essencial que garantia a participação social na gestão da empresa. Este
339 conselho, previsto no marco legal da EBC, tinha como função primordial assegurar o caráter público
340 e plural da comunicação, com representação diversificada da sociedade civil. Representantes
341 cassados mantiveram compromisso ativo com a volta do instrumento de participação

342

343 Com a mudança de governo em 2023, reacendeu a esperança e nos deparamos com um cenário
344 desafiador. A reconstituição do Conselho Curador mostrou-se particularmente complexa. Além da
345 resistência de setores contrários ao controle social sobre a mídia pública, havia dificuldades
346 concretas: um congresso extremamente conservador, contrários à participação social na construção
347 das políticas, a falta de prioridade do governo em reestabelecer a participação social para construção
348 da comunicação pública, a necessidade de atualizar o marco regulatório e a reconstrução da memória
349 institucional após anos de desmonte. O processo demandou intensa mobilização, incluindo
350 audiências públicas, entrega do caderno Reconstrói EBC, com as propostas da sociedade civil,
351 campanhas como a "EBC Vive!" - que reuniu mais de 10 mil assinaturas - e pressão constante no
352 Congresso e no executivo.

353

354 Neste contexto, surgiram alternativas criativas para manter viva a participação social. A Ouvidoria
355 Cidadã da EBC (ouvidoriacidaebc.org) transformou-se em importante espaço provisório de controle
356 social, recebendo e encaminhando demandas da população. Paralelamente, a Frente articulou fóruns
357 temáticos e grupos de trabalho que reuniram especialistas e movimentos sociais para discutir
358 políticas de comunicação, mantendo a chama da participação acesa mesmo sem o conselho
359 formalmente instalado.



360

361 Após longa pressão que a Frente e o Conselho Curador cassado fizeram junto ao Governo
362 foi criado um grupo de trabalho, com representantes do extinto colegiado, dos
363 trabalhadores, da Frente, da SECOM e da EBC, que chegaram ao entendimento pela
364 instituição de um Sistema Nacional de Participação Social na Comunicação Pública
365 (Sinpas), do qual faz parte um Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão
366 (Cpadi), que inclui um Comitê Editorial e de Programação (Comep), além da Ouvidoria e
367 a Assessoria de Participação Social Diversidade e Inclusão. O FNDC elegeu
368 representantes para estes dois comitês e assumiu recentemente a presidência do COMEP
369 para mandato de 1 ano.

370

371 O FNDC está presente na Frente desde a sua criação. Desta forma, atuou ativamente na mobilização
372 das entidades na defesa da EBC e da Comunicação Pública, participou da organização das
373 campanhas, dos debates e seminários realizados, acompanhou todas as ações desenvolvidas pela
374 Frente, esteve junto na retomada da participação social ajudando na composição do grupo de
375 trabalho, assim como mobilizou e participou de todo o processo de eleição dos conselhos criados
376 recentemente.

377

378 Os desafios que se apresentam são múltiplos: garantir verbas no Orçamento de 2025, consolidar a
379 governança participativa e ampliar o alcance da EBC para todo o território nacional, garantir uma
380 programação que represente a diversidade e pluralidade de pensamentos da sociedade. A
381 Frente segue mobilizada, consciente de que a comunicação pública verdadeiramente democrática
382 exige vigilância constante e participação ativa da sociedade. Neste sentido, a retomada da
383 participação social na comunicação pública não é ponto final, mas etapa fundamental no longo
384 processo de construção de um sistema de comunicação que efetivamente sirva ao interesse público.

385

386 **1.6. Participação em eleições para espaços de representação**

387

388 Estivemos presentes em várias eleições em espaços institucionais de representação, disputando ou
389 apoiando candidaturas oriundas de organizações parceiras e/ou filiadas, sempre elegendo nossos e
390 nossas representantes, contribuindo com os temas relacionados e levando nossa pauta para
391 estes espaços.

392

393 Fizemos parte da articulação das candidaturas que disputaram vaga no Comitê Gestor da Internet,
394 contribuindo para eleger todas as nossas candidaturas, através de uma articulação com a Coalizão
395 por Direito a Rede (CDR).

396

397 Elegemos o FNDC para o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), para o período de
398 2023-2024, em que tivemos na titularidade do Conselho. Para o mandato de 2025-2026, fomos
399 reconduzidos como suplentes, mas na coordenação da Comissão Permanente de Direito à
400 Comunicação e Liberdade de Expressão e na Relatoria de Inteligência Artificial e Direitos Humanos.

401

402 Também fomos eleitos para ocupar uma vaga no GTT Sales Pimenta, assumindo um papel
403 estratégico na construção de marcos legais para proteção de comunicadores.

404

405 Também elegemos representantes para os dois comitês da EBC, o Comitê Editorial e o Comitê de
406 Participação Social. Neste primeiro, acabamos de assumir a presidência.

407

408 **2. Projetos e ações estratégicos**

409

410 No âmbito dos projetos estratégicos, destacam-se duas iniciativas inovadoras. O projeto
411 "COM.UNIDADES" com jovens no Centro de SP, desenvolvido em parceria com o Instituto
412 Alvorada e o Barão de Itararé, para formação audiovisual e criação de uma incubadora de produtora
413 social de comunicação independente. E a reestruturação da comunicação do FNDC, com

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC



414 destaque ao programa "Vozes pela Democracia" que consolidou-se como importante ferramenta de
415 comunicação, combinando transmissão ao vivo com versões editadas em rádios públicas como a FM
416 Cultura/DF e a Rádio Paulo Freire/PE.

417

418 **2.1. Projeto COM.UNIDADES**

419

420 Em março de 2023 um grupo de dez pessoas deu início a um projeto inovador que nasceu a partir da
421 ideia de democratizar o acesso aos recursos públicos entre coletivos, associações, sindicatos e demais
422 organismos representantes da sociedade civil.

423

424 O cineasta Max Alvim, tendo vivido a experiência de financiar seu último filme através de emendas
425 parlamentares, idealizou um curso gratuito que ensinasse representantes de segmentos populares a
426 fazer uso desta mesma fonte de financiamento em seus projetos culturais. Com o apoio e incentivo
427 imediato do **Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)**, através do seu
428 coordenador Admirson Medeiros (Greg), foi montada uma primeira turma que servisse de piloto
429 visando uma posterior ampliação do compartilhamento deste conhecimento.

430

431 Essa turma foi composta de lideranças de variados movimentos atuantes na cidade de São Paulo. Os
432 primeiros encontros se deram na sede da CUT Nacional, no bairro do Brás. Foram cinco aulas com
433 duração de três horas, com conteúdos que compreendem desde a formulação de projetos, a busca de
434 patrocinadores entre parlamentares, a execução de projetos financiados por emendas e até a
435 prestação de contas.

436

437 Como resultado desse percurso se estabeleceu a meta de realizarmos um projeto cultural que
438 consolidasse o aprendizado e se desdobrasse em novas ações conjuntas. Assim nasceu o
439 **Com.Unidades**, um coletivo composto por estas dez pessoas do curso original que se estruturou
440 para viabilizar um novo projeto.

441

442 O **Com.Unidades** estabeleceu como meta inicial a realização de um projeto estruturante de formação
443 em audiovisual para jovens em situação de vulnerabilidade social. A ideia é a implementação de um
444 curso com seis meses de duração, em núcleos compostos por 30 jovens. O foco é a promoção de
445 associações coletivas que funcionem a partir de atividades culturais no ecossistema do audiovisual
446 brasileiro e que, ao se consolidarem, articulem produções em rede em todo o país.

447

448 O projeto piloto foi idealizado para acontecer primeiramente na cidade de São Paulo e,
449 posteriormente, ser implantado em todas as capitais brasileiras. O curso tem o diferencial de ser
450 elaborado a partir da linguagem do cinema do sul global, em contraposição ao cinema hegemônico,
451 de mercado, dos Estados Unidos e da Europa. Também é característica original do projeto não apenas
452 o esforço pedagógico de formação destes jovens em coletivos, mas, também, o acompanhamento de
453 cada núcleo formado através de ações sistematizadas de mentorias nas mais diversas áreas, ao longo
454 de um ano, por meio de uma incubadora de *startups* sociais.

455

456 Após dois anos de formulação desta ação de grande escala, o **Com.Unidades** elaborou uma
457 estratégia de viabilização do projeto constituída por uma ação tática fundamental para o sucesso
458 deste empreendimento: a realização de um seminário, acompanhado de oficinas, para um grupo de
459 cerca de 40 jovens, com o mesmo perfil anteriormente apontado, de forma a consolidar um projeto
460 político pedagógico baseado no design colaborativo e na pedagogia de Paulo Freire.

461

462 A este projeto intermediário demos o nome de “*Seminário Audiovisual e Territórios Populares –*
463 *Desafios e Perspectivas do Audiovisual na América Latina*”. Este projeto foi realizado entre os dias
464 17 de junho e 07 de julho de 2025 na sede do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo.
465 Seguindo o objetivo inicial de experimentação do uso de emendas parlamentares em projetos
466 culturais, o seminário foi financiado por uma emenda do Deputado Federal Carlos Zarattini – PT/SP,
467 com realização do **Coletivo Com.Unidades** e do Instituto Alvorada Brasil (parceiro do coletivo em



468 outros projetos), com apoio do **FNDC** e patrocínio do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São
469 Paulo e Ministério da Cultura – Governo Federal.

470
471 Foram 14 dias de atividades, debates e produção de um rico material que se desdobrará em uma
472 publicação digital e um podcast contendo o resumo dos conteúdos trabalhados, bem como um
473 documento final consolidando a proposta de política pedagógica do futuro projeto de curso e
474 incubação de coletivos audiovisuais no Brasil. Neste momento, estamos finalizando a publicação
475 digital e o podcast. Ambos têm lançamento previsto para outubro de 2025. O projeto político
476 pedagógico estará pronto até o final deste ano.

477
478 Em paralelo, o **Coletivo Com.Unidades** estabeleceu uma parceria com o Instituto Alvorada Brasil
479 na realização do documentário *Terminal – Vidas em Conexão*. Este projeto é um documentário de
480 média-metragem que irá apresentar a realidade de mulheres vulneráveis com câncer através de uma
481 influenciadora digital, Daniela Louzada, idealizadora e âncora do canal com o mesmo nome.

482
483 Por meio desta personagem, iremos acompanhar a complexidade do tratamento; os preconceitos
484 vividos especialmente pelas mulheres negras; os desafios impostos aos setores de saúde pública e
485 privada para o atendimento desta população; as questões transversais ao tema como o tratamento
486 paliativo, a terminalidade e a morte; e a comunicação como instrumento de luta, de resistência e de
487 produção de rede coletiva de saberes e afetos. O coletivo é colaborador no documentário aportando,
488 através dos seus membros, metodologias e estratégias de trabalho coletivo favorecedoras de novas
489 formas de produção cinematográfica compatíveis com a ideia original de um audiovisual baseado na
490 cultura brasileira e na linguagem do cinema do sul global.

491 492 **2.2. Reestruturação da Comunicação do FNDC**

493
494 A comunicação do FNDC entre 2023 e 2025 enfrentou desafios semelhantes aos que marcaram a
495 atuação geral do Fórum: o acúmulo de tarefas, a multiplicidade de demandas das entidades filiadas
496 e a crônica escassez de recursos humanos e financeiros. Mesmo sob tais limitações, foi possível
497 garantir a presença do FNDC no debate público sobre a democratização da comunicação, liberdade
498 de expressão e políticas para o setor. Entre as principais ações, estão a reformulação do site do FNDC
499 e o lançamento do programa “Vozes pela Democracia”.

500 501 **Portal FNDC: um novo ambiente digital**

502
503 Em dezembro de 2023, entrou no ar o novo portal do FNDC, substituindo uma versão anterior já
504 defasada. O site foi integralmente reformulado em design, arquitetura da informação e
505 funcionalidades. Passou a contar com integração de streaming, recursos de compartilhamento e
506 dinamismo visual compatíveis com as práticas digitais atuais.

507
508 Desenvolvido em Wordpress, o novo site oferece flexibilidade para inserção de novos conteúdos e
509 ferramentas conforme as necessidades do Fórum evoluam. Isso representa um avanço importante
510 para a comunicação institucional do FNDC.

511 512 **Mais “Vozes pela Democracia”**

513
514 Fruto da parceria com a Rádio e TV Atitude Popular e da proposta de Sousa Júnior, membro do
515 Conselho Deliberativo do FNDC, o programa semanal “Vozes pela Democracia” estreou em 26 de
516 janeiro de 2024. Desde então, tornou-se uma das principais vitrines do FNDC para a discussão
517 pública sobre comunicação e democracia.

518
519 O programa foi selecionado, por edital, para integrar a grade da Rádio Cultura FM do DF e da Rádio
520 Paulo Freire da Universidade Federal de Pernambuco, e passou a ser retransmitido por mais 14
521 emissoras, de rádio e TV, além de sites e portais de outros veículos, em redes sociais (Facebook,



522 Instagram), canais no YouTube e portais de rádio, incluindo o aplicativo Radiosnet do portal
523 radios.com.br – o maior do segmento.

524

525 Para garantir regularidade, qualidade e coerência editorial, um Conselho Editorial foi formado,
526 reunindo-se mensalmente para avaliar os conteúdos e definir pautas futuras. Este conselho é
527 composto por representantes da Coordenação Executiva, do Conselho Deliberativo e das entidades
528 parceiras na transmissão, além de patrocinadores e patrocinadoras. O grupo está aberto à novas
529 participações das entidades filiadas, dispostas a contribuir.

530

531 Embora consolidado editorialmente, o "Vozes pela Democracia" ainda carece de sustentabilidade
532 financeira, sendo produzido graças à estrutura da Atitude Popular e ao esforço voluntário de
533 integrantes do FNDC, tendo, por enquanto, apenas um contribuinte, no caso a Confederação
534 Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

535

536 **De olho na pauta**

537

538 O FNDC seguiu acompanhando, repercutindo e intervindo nas discussões sobre liberdade de
539 expressão, direito à informação, combate à desinformação e regulação das plataformas. O portal e
540 as redes sociais do Fórum foram instrumentos essenciais para conectar a militância e o público às
541 principais movimentações do campo da comunicação democrática.

542

543 **Fazendo o debate**

544

545 Eventos virtuais foram promovidos para aprofundar debates estratégicos. Entre os temas abordados,
546 destacam-se:

- 547 > Inteligência artificial: seus riscos, regulação e impactos sobre a comunicação;
- 548 > Governança da internet no Brasil, com destaque para importância da participação da sociedade
549 civil no Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br);
- 550 > Eleições municipais de 2024: a plataforma da democratização da comunicação para as
551 administrações locais;
- 552 > Violência de gênero: especialmente no âmbito midiático;
- 553 > O papel da mídia no genocídio do povo palestino: contrapondo-se à narrativa dos veículos
554 hegemônicos.

555

556 Esses espaços ajudaram a manter ativa a agenda do FNDC diante dos grandes desafios
557 comunicacionais do período.

558

559 **Perspectivas e recomendações**

560

- 561 > Sustentabilidade do "Vozes pela Democracia": captar recursos e buscar parcerias
562 institucionais e de financiamento;
- 563 > Sustentabilidade para a Comunicação em geral, possibilitando ampliação de equipe e
564 melhor remuneração a profissionais de comunicação;
- 565 > Expansão do portal FNDC: potencializar sua função como repositório de conhecimento
566 e espaço de articulação;
- 567 > Ampliar a produção de conteúdo próprio: textos, vídeos e podcasts para redes e site,
568 reforçando a identidade do Fórum.

569

570

571

572 **3. Realidade Institucional**

573



574 Os desafios institucionais se revelaram profundos. O esvaziamento político e financeiro das
575 entidades filiadas, agravado pela necessidade de se defender aos ataques sofridos nos Governos de
576 Temer e Bolsonaro, limitou a capacidade de articulação permanente. Os dois últimos anos foram
577 bastante difíceis para a organização do FNDC.

578
579 Entre as dificuldades encontradas, estão a falta de engajamento e a pouca disponibilidade dos
580 membros do FNDC, sejam da Executiva, do Conselho Deliberativo ou mesmo dos membros dos
581 Comitês Regionais. A crise de representatividade ficou evidente – apenas 30% das entidades filiadas
582 mantiveram participação ativa no período.

583
584 Os Comitês Regionais não tem uma vida ativa, também funcionam apenas em período de plenárias.
585 Por mais que a Executiva se esforce em estimular o seu funcionamento, é evidente que as entidades
586 regionais não têm conseguido priorizar a ação coletiva. Ainda podemos identificar alguns lampejos
587 de iniciativas para colocar o comitê em funcionamento, por parte de alguns estados, porém as
588 dificuldades são imensas.

589
590 As pautas regionais têm sido alvo de mais atenção pelas organizações em seus territórios, no entanto
591 são ações isoladas, não conseguem se articular e engajar as demais entidades e fazer com que o
592 debate chegue à sociedade e mesmo ao conjunto de coletivos que formam o FNDC.

593
594 No campo financeiro, a situação permanece crítica. A dependência exclusiva das contribuições das
595 entidades filiadas, combinada com uma taxa de inadimplência muito elevada criou sérias limitações
596 operacionais.

597
598

599 **4. Conclusão**

600

601 Este balanço evidencia que o FNDC segue como ator indispensável na luta pela democratização da
602 comunicação no Brasil, mas enfrenta uma encruzilhada histórica. A riqueza de suas iniciativas e a
603 profundidade de suas articulações contrastam com desafios estruturais que exigem renovação
604 institucional. Os próximos meses serão decisivos para construir um novo modelo de organização
605 que preserve sua capacidade política enquanto supera as limitações financeiras e geográficas. O
606 caminho adiante exige tanto a valorização das conquistas já alcançadas quanto a coragem para
607 promover as mudanças necessárias.

608
609